

O QUE ESTÁ EM PAUTA QUANDO O ASSUNTO É CPA - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

JOICE PEREIRA DA SILVA CARVALHO¹; SIMONE PORTELLA TEIXEIRA DE MELLO²

¹Universidade Federal de Pelotas – joice.ufpel@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – sptmello@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A administração pública é peculiar, especialmente se tratando de instituições de ensino superior - IES. Se por um lado os processos administrativos são regidos por legislações como a lei de licitações e contratos, por outro lado, há a regulação do Ministério da Educação – MEC, via Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em especial à avaliação institucional, que tem sido mais visível à sociedade diante das políticas públicas educacionais de acesso ao ensino superior, como o ENEM, e resultados de indicadores de qualidade da educação superior periodicamente divulgados, como o Conceito Enade, o Conceito Preliminar de Curso – CPC e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC (INEP, 2017).

Em 2004, a lei nº 10.861 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e a partir de então a autoavaliação entrou em vigor nas Instituições de Educação Superior – IES do Brasil, focando na melhoria da qualidade da educação superior.

Para AUGUSTO e BALZAN (2007, p. 608), “a avaliação interna é um processo contínuo em que a instituição busca se autoconhecer com vistas ao aperfeiçoamento de suas atividades acadêmicas, objetivando melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social.” Constitui importante ferramenta na gestão institucional, pois na sua sistematização encontra-se referencial administrativo para subsidiar as mudanças no planejamento estratégico, missão, ações e responsabilidade social da instituição, buscando assegurar qualidade acadêmica e consolidação de um sistema de educação superior no país (GRIBOSKI; FUNGHETTO, 2013).

Uma das modalidades da avaliação institucional é a autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA de cada IES. A importância da autoavaliação no dia a dia das IES se dá principalmente naquilo que decorre dela, visto que seu resultado direciona a gestão para consolidar boas práticas e identificar problemas que precisam ser corrigidos, de modo a promover melhorias diretas no ensino, pesquisa e extensão.

A CPA é, ou deveria ser, protagonista na avaliação institucional das IES, sendo responsável por coordenar as ações de autoavaliação e fornecer todas as informações necessárias ao INEP-MEC, além de sensibilizar a comunidade para participação dos processos avaliativos. Logo, as funções de uma CPA compreendem importante diagnóstico para o planejamento institucional.

Diante do exposto, neste estudo analisa-se a autoavaliação, em especial a CPA em IES federais, por meio de publicações disponíveis no Portal de Periódicos CAPES/MEC. O trabalho é parte de um projeto de pesquisa em curso que investiga a influência da autoavaliação no desenvolvimento institucional de universidades públicas federais no país.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada é de natureza bibliométrica, na perspectiva de VANTI (2002) que se vale da produção científica mediante categorias, analisando em profundidade o tema nos artigos publicados. Analisou-se a produção científica sobre autoavaliação institucional no Portal de Periódicos CAPES/MEC.

Numa perspectiva quantitativo-descritiva, a bibliometria se mostrou útil neste estudo para maior conhecimento do que está se produzindo sobre o tema, e também para posterior posicionamento crítico diante dos achados desta pesquisa.

Em 2016 foi realizada busca no Portal, filtrando as produções científicas que tinham o termo “autoavaliação institucional” nos últimos 10 anos, localizando 40 artigos. Os resultados obtidos foram classificados em: autoavaliação na área de saúde, na administração pública, no ensino básico, na EAD, em Universidades internacionais, privadas, estaduais e federais, sendo o último grupo o foco deste estudo.

Do total, 25% tratavam do tema avaliação institucional em universidades federais brasileiras. A partir de então, analisou-se os artigos emergindo as categorias constantes no Quadro 1. Essas categorizações foram realizadas de forma interpretativa pela leitura dos artigos.

Quadro 1 – As Categorias de Análise

Categoria de Análise	Descrição da Categoria de Análise
Autoavaliação Institucional	Processo contínuo em que a instituição busca se autoconhecer.
Comissão Própria de Avaliação - CPA	Comissão atribuída de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações ao INEP.
Referências	Autores mais citados que investigam o tema.
Caminhos Metodológicos dos artigos investigados	Abordagens metodológicas predominantes nos ensaios teóricos ou estudos teórico-práticos, frequência de pesquisas qualitativas, quantitativas ou ambas.
Autoavaliação e suas relações	Frequência e Análise das relações da CPA com outras categorias de análise
Modelos de autoavaliação	Quantitativos de modelos citados, prescritos, assim como modelos aplicados, explicados nos estudos.
Ações decorrentes da autoavaliação	Apresentação de ações de melhoria, decorrentes dos problemas identificados na autoavaliação.

Fonte: as autoras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos discorrem sobre autoavaliação, apresentando conceitos conforme a legislação vigente (CONAES, 2004; SINAES, 2004). Sete desses contém em suas palavras-chave o termo “autoavaliação”, em dois constam o termo “CPA ou Comissão Própria de Avaliação” e em dois o termo “avaliação institucional”. Dois artigos descrevem o histórico da avaliação no ensino superior no Brasil desde a década de noventa até a atualidade.

No que se refere à autoavaliação conduzida pela CPA, dois tratam especificamente de Comissão Própria de Avaliação – CPA. Nenhum dos estudos conceitua ou relaciona os objetivos da CPA além do que está prescrito na legislação vigente.

José Dias Sobrinho aparece como autor mais citado. Após, aparecem por ordem de frequência Dilvo Ristoff, Denise Leite, Valdemar Sguissardi, Maria do Carmo Peixoto, Luiz Antônio Cunha, Newton Cesar Balzán e Isaura Belloni. Os demais autores aparecem uma única vez nos textos, por isso não foram considerados neste estudo.

No que se refere às abordagens metodológicas predominantes, observa-se quatro ensaios teóricos e seis estudos teórico-práticos. Há certo avanço no plano aplicado, o que é importante se tratando de ações de autoavaliação e CPA. No segundo grupo, a metodologia desenvolvida compreende análise quali-quantitativa, estudo de caso, uso de questionários na forma eletrônica com questões abertas e fechadas, análise documental e reuniões de sensibilização do tema.

Dentre as formas de se realizar a avaliação interna destaca-se os questionários, ferramenta comum nas avaliações de docentes realizadas por discentes, por exemplo, o que segundo MATUICHUK e SILVA (2013) proporciona aos alunos uma participação efetiva na busca pela melhoria da qualidade do ensino da Instituição, e orienta os professores nas possíveis correções de posturas, atitudes e comportamentos que conduzam, com equilíbrio, o desenvolvimento de suas práticas didático-pedagógicas. No âmbito geral, o sentido da autoavaliação está em avaliar a IES de maneira global, buscando identificar a coerência entre a missão e as políticas institucionais realizadas, visando à melhoria da qualidade institucional (SILVA; GOMES, 2011).

Quanto ao quesito que busca relações entre autoavaliação e outras categorias de análise, a relação é permeada pelos seguintes temas: visão da coordenação de CPA sobre o processo de avaliação institucional, reflexões sobre as dez dimensões abordadas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, a participação da comunidade acadêmica em relação à existência de democracia no processo de avaliação institucional da IES, a relação entre regulação e controle estatal, a avaliação que privilegie a criação e implementação da cultura de avaliação e autoavaliação, e a avaliação das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e infraestrutura por docentes e discentes.

Não se observou nos artigos pesquisados alguma relação entre autoavaliação e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, embora a Nota Técnica 65 (INEP, 2014) destaque a importância disso. Para FERREYRA e EBERLE (2009), a avaliação é um diferencial na gestão universitária, onde a informação é um dos principais recursos de poder nas organizações.

A prática da autoavaliação não passa de relatos sobre os requisitos legais. Um dos artigos propõe um modelo conceitual para a gestão e avaliação estratégica da responsabilidade social em IES que pode ampliar o debate. Quanto às ações decorrentes da autoavaliação, observou-se um artigo tratando do assunto. Nesse, descreve-se ações institucionais que foram planejadas e executadas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão decorrentes de demandas da comunidade universitária. Essas ações institucionais decorrem de três elementos presentes no processo da autoavaliação: dialogicidade, participação e diretividade (ANDRIOLA, 2009).

4. CONCLUSÕES

Há muito a avançar em se tratando de autoavaliação. Basicamente, as CPAs atendem aos requisitos legais, mas parecem um instrumento de gestão pouco aproveitado. O relato de resultados da autoavaliação são poucos, em se tratando de sua relação com a gestão institucional. Há necessidade de análise e de debate no

espaço institucional, de forma a desenvolver instrumentos gerenciais efetivos. Como destacam MURAD e PASIN (2016), são necessários instrumentos que permitam a criação de estratégias de melhorias.

Os resultados deste estudo decorrem de pesquisa no Portal de Periódicos Capes, o que indica uma limitação. A investigação em outras bases de dados, periódicos específicos sobre avaliação e anais de eventos de referência na área talvez revele outro retrato de autoavaliação e de seu meio de viabilização via CPA. Sugerem-se, então, novas pesquisas que possam subsidiar novas possibilidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLA, W. B. Planejamento Estratégico e Gestão Universitária como Atividades Oriundas da Auto-Avaliação de IES: o exemplo da UFC. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, Madrid, v. 2, n. 2, p. 82-103, oct. 2009.

AUGUSTO, R.; BALZAN, N. C. A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES. **Avaliação**, SP, v. 12, n.4, p.597-622, dez. 2007.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sinaes e dá outras Providências. Acessado em 15 jul. 2017. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

FERREYRA, H. A.; EBERLE, J. M. La evaluación institucional en iberoamérica: una cuestión pendiente. **Hallazgos**, año 6, n. 12, p. 17-45, jul-dic de 2009.

INEP/DAES/CONAES. **Nota Técnica nº 065**, de 09 de outubro de 2014. Roteiro Para Relatório de Autoavaliação Institucional. Acessado em 15 abr. 2017. Online. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17007-ata-conaes-111-022015-anexo-02&category_slug=fevereiro-2015-pdf&Itemid=30192

INEP. **Inep divulga Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2015**, mar/2017. Acessado em 10 mar. 2017. Online. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/666223

GRIBOSKI, C. M.; FUNGHETTO, S. S. O Sinaes e a qualidade da educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 49-63, jan./jun. 2013.

MATUICHUK, M.; SILVA, M. C. Avaliação do docente pelo discente na melhoria do desempenho institucional: UTFPR/SIAVI. **Ensaio**, v. 21, n. 79, p. 323-348, abr./jun. 2013.

MURAD, E. P.; PASIN, L. E. V. A Análise da Importância dos Modelos de mensuração para avaliação do impacto em negócios sociais. **Núcleo de Política e Gestão Tecnológica**. Trabalho apresentado ao 29º Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, São Paulo, 2016.

SILVA, A. L.; GOMES, A. M. Avaliação Institucional no Contexto do SINAES: a CPA em Questão. **Avaliação**, v.16, n. 3, p. 573-601, nov. 2011.